

# **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **1. Informações gerais**

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião de diretoria realizada em 13 de março de 2012.

## **2. Principais políticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Declaração de conformidade--Continuação**

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM.

Os saldos de partes relacionadas do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 87.525, foram reclassificados para a rubrica de provisão para contingências, de acordo com a sua natureza, objetivando melhorar a apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras.

#### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.4. Informações por segmento**

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

### **2.5. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.5. Reconhecimento de receita--Continuação**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

#### **2.5.1. Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

#### **2.5.2. Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.5. Reconhecimento de receita--Continuação**

#### **2.5.3. Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### **2.6.1. Ativo financeiro**

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

###### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

###### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

###### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

##### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

##### **2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.1. Ativo financeiro--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

##### **2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários**

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência, sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

##### **2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### **2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### **2.6.3. Passivos financeiros**

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e debêntures.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

##### **2.6.3. Passivos financeiros--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

##### Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### **2.6.3. Passivos financeiros--Continuação**

##### **Mensuração subsequente--Continuação**

##### Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.7. Ativo indenizável (concessão)**

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como “empréstimos e recebíveis” e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Como resultado de uma análise mais ampla realizada no exercício de 2011, com base nas orientações constantes na Deliberação CVM nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovou o OCPC 05, a Administração da Companhia entendeu que o referido ativo financeiro seria melhor classificado como “recebível” e, sendo assim, decidiu por proceder a mudança em sua classificação original como “disponível para venda”. Tal mudança não produziu impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8. Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.9. Ativo intangível**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, nº 611, de 22 de dezembro de 2009, e nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão ("OCPC 05").

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### **2.10. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.11. Provisões**

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.12. Impostos**

#### **2.12.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil) no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, da base de cálculos desses tributos.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### **2.12.2. Impostos diferidos**

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.12. Impostos--Continuação**

#### **2.12.2. Impostos diferidos--Continuação**

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

### **2.13. Taxas regulamentares**

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

#### **2.13.1. Reserva Global de Reversão (RGR)**

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13. Taxas regulamentares--Continuação**

#### **2.13.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

#### **2.13.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

#### **2.13.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

#### **2.13.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13. Taxas regulamentares--Continuação**

#### **2.13.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

### **2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

### **2.15. Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

### **2.16. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.16. Distribuição de dividendos--Continuação**

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

### **2.17. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados (“CPC 33”). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 24.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

### **2.19. Novos pronunciamentos contábeis**

#### **2.19.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011**

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ("CPC 00"), aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15(R1) - Combinação de Negócios ("CPC 15"), aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19(R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) ("CPC 19"), aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20(R1) - Custos de Empréstimos ("CPC 20"), aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.19. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação**

#### **2.19.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011--Continuação**

CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis ("CPC 26"), aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011.

A revisão desta norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na Nota 26.e.

#### **2.19.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB**

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu as seguintes principais normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 - Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.19. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação**

##### **2.19.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB--Continuação**

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:



## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

--Continuação

#### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

--Continuação

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

#### **Benefícios pós-emprego**

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 24.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e contas correntes bancárias	9.216	17.779
Aplicações financeiras	50.272	19.789
Total de caixa e equivalentes de caixa	59.488	37.568

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	42.111	14.196
Total de fundos exclusivos	42.111	14.196
Outras aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	3.069	1.096
Fundo de Investimento	5.092	4.497
Total de outras aplicações financeiras	8.161	5.593
Total de aplicações financeiras	50.272	19.789

As aplicações financeiras estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 5. Aplicações financeiras

	31/12/2011	31/12/2010
Fundos exclusivos		
Títulos públicos	108	20.558
Operações compromissadas	52	3.581
Outros	5	1.475
Total de aplicações financeiras	165	25.614

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está apresentada abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	40	3.916
Cotas de fundos de investimentos	42.071	10.280
Total classificado como equivalentes de caixa	42.111	14.196
Títulos públicos	108	20.558
Operações compromissadas	52	3.581
Outros	5	1.475
Total classificado como aplicações financeiras	165	25.614
Total de aplicações financeiras	42.276	39.810

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil, os quais possuem em seus portfólios títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outros.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários

#### I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2011	31/12/2010
Classe de consumidores					
Residencial	78.196	68.814	56.699	203.709	193.766
Industrial	34.420	5.864	11.399	51.683	39.221
Comercial	29.241	16.829	33.809	79.879	54.050
Rural	9.364	1.779	9.168	20.311	15.022
Poder público Iluminação Pública	21.733	19.039	93.278	134.050	137.260
Serviço público	3.046	6.021	848	9.915	3.229
Revenda	4.339	-	-	4.339	4.314
Subtotal	180.339	118.346	205.201	503.886	446.862
Receita não faturada (b)	130.173	-	-	130.173	164.272
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	7.549	7.549	14.040
Outros créditos	403	-	-	403	11.648
Total circulante	310.915	118.346	212.750	642.011	636.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(110.201)	(169.057)
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante	310.915	118.346	212.750	531.810	467.765

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

#### II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2011	31/12/2010
Parcelamento de débitos (a)	74.097	-	-	74.097	74.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(53.230)	(53.164)
Total não circulante	74.097	-	-	20.867	20.842

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2009	(122.391)
(Adição) reversão	(159.495)
Baixa	59.665
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(222.221)
(Adição) reversão	(74.721)
Baixa	133.511
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(163.431)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

#### a) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

#### b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kwh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 407/2010, e, posteriormente pela Resolução Normativa nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente as distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 22.157 (R\$ 14.234 em 2010), relativo às subvenções dos meses de setembro, outubro, novembro e de dezembro de 2011.

### 8. Tributos a compensar

	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	16.236	-	4.505	-
ICMS	53.377	48.362	47.775	55.334
PIS e COFINS	28.012	25.684	5.021	24.903
Outros tributos	2.279	-	4.713	-
Total de tributos a compensar	99.904	74.046	62.014	80.237

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 8. Tributos a compensar--Continuação

O crédito de ICMS, registrado em ativo circulante e no ativo não circulante, no valor total de R\$ 101.739 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 103.109 em 2010) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o ativo fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar n.º 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

### 9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	31/12/2011		31/12/2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	-	19.210	-	19.088
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	26.748	-	23.098	-
Bradesco	CDB	-	3.882	-	3.664
Itaú	CDB	-	282	-	13.254
Total		26.748	23.374	23.098	36.006

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Itaú FI Unibanco TOP DI em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento.



## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 10. Ativos e passivos regulatórios (energia livre)

	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativos						
Encargo emergencial	3.832	-	3.832	3.181	-	3.181
Total de ativos regulatórios	3.832	-	3.832	3.181	-	3.181
Passivos						
Energia livre	24.331	3.892	28.223	4.798	15.877	20.675
Encargo emergencial	874	-	874	873	-	873
Total de passivos regulatórios	25.205	3.892	29.097	5.671	15.877	21.548

#### Energia livre

A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

#### Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005, o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 11. Outros créditos

	31/12/2011	31/12/2010
Gastos a reembolsar - consumidores	3.583	3.688
Alienações em curso	3.531	3.268
Sindicato	5.658	5.658
Serviços em curso (a)	13.316	42.172
Consumidores - serviços prestados (b)	52.600	41.868
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.793
Convênio de arrecadação (c)	13.373	20.752
Adiantamentos a empregados	3.039	445
Assistência médica aposentados	5.389	4.170
Adiantamentos a fornecedores	92	6.722
Outros	444	292
Provisão para perda na realização de outros créditos (d)	(31.930)	(28.471)
Total	71.891	103.357

- a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de desenvolvimento e eficiência energética.
- b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.
- d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 12. Depósitos vinculados a litígios (depósitos judiciais)

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	107.831	67.100
Cíveis	34.401	51.737
Fiscais	3.414	24.613
Total	145.646	143.450

### 13. Ativo indenizável (concessão)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 13. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro da concessão será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/ construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada.

### 13. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	267.182
Transferências do ativo intangível	123.101
Baixas	(1.163)
Receita financeira - ativo indenizável	27.798
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>416.918</b>
Transferências do ativo intangível	<b>129.500</b>

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Receita financeira - ativo indenizável  
Saldo em 31 de dezembro de 2011

**15.118**

**561.536**

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 14. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo						
Prejuízo fiscal	-	2.568	-	923	-	3.491
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	97.014	111.579	34.925	40.169	131.939	151.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	48.841	62.673	17.583	22.562	66.424	85.235
Provisão para perdas de estoque	241	49	87	18	328	67
Provisão Enertrade	25.463	21.882	9.167	7.877	34.630	29.759
Outras provisões	7.043	7.990	2.536	2.876	9.579	10.866
Ativo indenizável (concessão)	-	3	-	1	-	4
Desreconhecimento de ativo regulatório	(14.937)	-	1	-	(14.936)	-
Benefício pós emprego	132.608	91.675	47.735	33.004	180.343	124.679
Total	296.273	298.419	112.034	107.430	408.307	405.849
Passivo						
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	17.314	10.364	3.627	3.731	20.941	14.095
Ativo indenizável (concessão)	6.233	6.950	1.512	2.502	7.745	9.452
Total	23.547	17.314	5.139	6.233	28.686	23.547

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.849	23.547
Adições (reduções) do resultado do exercício	(55.099)	5.139
Adições de outros resultados abrangentes	57.557	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.307	28.686

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 14. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Montante a realizar	
	31/12/2011	31/12/2010
2011	-	55.229
2012	45.609	54.691
2013	35.623	35.721
2014	35.654	35.394
2015	35.480	35.944
2016 a 2018	106.534	111.383
2019 a 2021	149.407	77.487
Total	408.307	405.849

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

### 15. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	31/12/2011			31/12/2010	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3.887.023	(1.467.513)	(265.664)	2.153.846	2.126.417
Software	86.294	(68.878)	-	17.416	21.975
Em curso					
Direito de uso da concessão	386.942	-	(12.653)	374.289	268.641
Software	19.955	-	-	19.955	14.303
Total	4.380.214	(1.536.391)	(278.317)	2.565.506	2.431.336

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 15. Intangível--Continuação

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.500.507	(1.189.668)	(283.760)	2.027.079	309.217	(10.208)	299.009	2.326.088
Adições	-	-	-	-	402.260	(5.390)	396.870	396.870
Baixas	(12.400)	7.935	-	(4.465)	-	-	-	(4.465)
Amortização	-	(178.680)	14.624	(164.056)	-	-	-	(164.056)
Transferências	424.362	-	(11.427)	412.935	(424.362)	11.427	(412.935)	-
Transferências para o ativo indenizável	(124.656)	-	1.555	(123.101)	-	-	-	(123.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.787.813	(1.360.413)	(279.008)	2.148.392	287.115	(4.171)	282.944	2.431.336
Adições	-	-	-	-	457.220	(8.589)	448.631	448.631
Baixas	(22.434)	14.932	-	(7.502)	-	-	-	(7.502)
Amortização	-	(190.910)	13.451	(177.459)	-	-	-	(177.459)
Transferências	337.438	-	(107)	337.331	(337.438)	107	(337.331)	-
Transferências para o ativo indenizável	(129.500)	-	-	(129.500)	-	-	-	(129.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.973.317	(1.536.391)	(265.664)	2.171.262	406.897	(12.653)	394.244	2.565.506

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, estipulada em média em 19,76 anos, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão, conforme divulgado na Nota 13.



## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **15. Intangível--Continuação**

#### **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

#### **Programa de universalização**

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução Normativa nº 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 16. Fornecedores

	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	18.185	20.218
Itaipu (Eletrobras)	34.562	21.451
Encargo de uso da rede	18.570	16.953
Contrato de uso do sistema de distribuição-LIGHT	16.461	15.665
Contrato de comercialização de energia em ambiente regulado-CCEAR's	38.969	52.284
Câmara de comercialização de energia elétrica-SPOT	13.264	774
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	17.190	16.377
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	3.618	-
Outros	19.239	2.294
Materiais e serviços	137.807	127.726
Total	317.865	273.742

### 17. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BNDES (Finame) (a)	12	17	2.214	2.215	4.098	6.313
BNDES (Finem) (b)	-	124	-	24.485	-	-
BNDES (Capex) (c)	153	460	32.449	64.896	-	32.448
BNDES (Capex 2011) (d)	161	-	3.496	-	59.159	-
BNDES (Capex 2011) (d)	313	-	8.229	-	90.443	-
BNDES (Capex 2011) (d)	346	-	8.229	-	90.443	-
Eletrobras (e)	4	3	2.940	1.795	19.745	14.738
Eletrobras (f)	1	-	-	-	5.752	-
Bradesco S.A. 3º contrato (g)	41	66	5.340	5.340	-	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (g)	3.260	5.174	40.000	40.000	20.000	60.000
Banco Alfa S.A. (g)	2.951	3.233	50.000	10.000	-	50.000
União dos Bancos Brasileiros S.A. (g)	94	172	5.320	5.320	-	5.320
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (g)	127	264	15.000	15.000	-	15.000
HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (g)	506	1.047	60.000	60.000	-	60.000
Banco do Brasil S.A (g)	992	1.016	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A (g)	6	18	6.675	6.674	-	6.675
Total	8.967	11.594	239.892	235.725	389.640	355.834

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Fiança Bancária	4,50%
BNDES (Finem) (b)	18/08/2005	15/06/2011	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 6,00%
BNDES (Capex) (c)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (e)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,00%
Eletrobras (f)	21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7,00%
Bradesco S.A. 3º contrato (g)	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (g)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A. (g)	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (g)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (g)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (g)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A. (g)	04/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota Promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A. (g)	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%

- a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b) BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante original de R\$ 165.000, para ampliação da rede de distribuição da Companhia no período de 2005/2007, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia captou 100% do valor do contrato.
- c) BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 73% do valor do contrato.
- d) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.
- e) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- f) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- g) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2011:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	219.108
2013	165.352	124.325
2014	45.885	3.994
2015	44.000	2.110
2016	43.871	1.981
2017	43.483	1.593
Após 2017	47.049	2.723
Total	389.640	355.834

Variação dos indexadores da dívida acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Indexador	31/12/2011	31/12/2010
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%
TJLP	6,00%	6,00%
CDI	11,64%	9,75%
SELIC	11,62%	9,78%

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Ingressos	70.000	273.850	343.850
Encargos	68.587	-	68.587
Transferência de prazo	240.044	(240.044)	-
Amortizações de principal	(305.877)	-	(305.877)
Pagamento de juros	(71.214)	-	(71.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.859	389.640	638.499

### 18. Debêntures

	31/12/2011			31/12/2010		
	Principal		Encargos	Principal		Encargos
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
1ª série - 4ª emissão	9.384	185.000	-	17.276	185.000	185.000
1ª série - 5ª emissão	576	115.330	-	617	-	115.330
2ª série - 5ª emissão	530	-	152.100	544	-	142.873
1ª série - 6ª emissão	590	-	117.000	-	-	-
2ª série - 6ª emissão	7.911	-	187.464	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(932)	(1.880)	-	(658)	(1.183)
	18.991	299.398	454.684	18.437	184.342	442.020

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799
Captação	-	300.000	300.000
Amortização do principal	(185.000)	-	(185.000)
Encargos provisionados	78.536	-	78.536
Encargos pagos	(77.982)	-	(77.982)
Variação monetária	-	13.691	13.691
Transferência de prazos	300.330	(300.330)	-
Custo de transação amortizado	(274)	(697)	(971)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	318.389	454.684	773.073

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Debêntures--Continuação

Características das emissões:

Série	4ª emissão série única
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Debêntures--Continuação

Série	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Debêntures--Continuação

Série	6ª emissão 1ª série	6ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

#### 4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.



## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 18. Debêntures--Continuação

#### 5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

#### 6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, quais sejam:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
4ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
2ª série - 5ª emissão	50.700	50.700	50.700	-	-	152.100
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.500	58.500	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	-	-	62.488	124.976	187.464
(-) Custo de transação	(514)	(476)	(432)	(224)	(234)	(1.880)
Total a amortizar	50.186	50.224	108.768	120.764	124.742	454.684

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 19. Tributos a pagar

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	-	13.469
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	14.984
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	33.434	24.382
Programa de integração social - PIS	7.133	4.993
Imposto sobre serviços - ISS	2.456	2.232
INSS s/ terceiros	8.103	1.112
Outros	2.135	1.189
Total	53.261	62.361

### 20. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Conta de consumo de combustível - CCC	11.183	10.386
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.230
Reserva global de reversão - RGR e outros	14.123	3.295
Encargo de energia reserva - EER	1.376	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101
Encargos ex-isolados	1.234	1.487
Total	35.954	23.467

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 21. Parcelamento especial

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 12.657 (R\$ 18.578 em 2010).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.279 (R\$ 2.890 em 2010).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/12/2011			31/12/2010		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	18.578	2.890	21.468	23.940	3.100	27.040
(-) Pagamentos	(12.600)	(1.152)	(13.752)	(6.194)	(318)	(6.512)
(+) Atualização	6.679	541	7.220	832	108	940
Saldo final	12.657	2.279	14.936	18.578	2.890	21.468
Circulante	6.548	667	7.215	6.305	683	6.988
Não circulante	6.109	1.612	7.721	12.273	2.207	14.480
Total do passivo	12.657	2.279	14.936	18.578	2.890	21.468

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 22. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)
Enersis Agência (a) Diversos	235	2	99	(2.298)
Endesa Brasil S.A. (d) Conta corrente	424	-	-	-
Fundação Brasileiros (e) Fundo de Pensão	-	-	529.230	(28.995)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (f) Compra de energia	-	433	-	(2.696)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (g) Compra de energia	-	618	-	(5.442)
Outras	-	226	-	-
Total de transações com partes relacionadas	659	1.279	529.329	(39.431)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasileiros	-	-	(529.230)	-
Total	659	1.279	99	(39.431)

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

## 22. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2010				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Enersis Agência (a) Diversos	-	291	45	2.409	- (373)
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b) Adiantamento e fornecedores a pagar	-	-	589	-	5.699 (6.062)
Synapsis Brasil S.A. (b ) Adiantamento e fornecedores a pagar	9	-	2.560	-	5.806 (12.477)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A. (c) Compra de energia	-	-	3.281	-	- (38.737)
Endesa Brasil S.A. (d) Conta corrente	-	424	-	-	- -
Fundação Brasileiros (e) Fundo de Pensão	-	-	-	365.212	- (17.557)
CDSA – Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (g) Compra de energia	-	-	827	-	- (7.180)
Outras	-	-	18	-	- -
Total de transações com partes relacionadas	<b>9</b>	<b>715</b>	<b>7.320</b>	<b>367.621</b>	<b>11.505 (82.386)</b>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasileiros	-	-	-	(365.212)	- -
Total	<b>9</b>	<b>715</b>	<b>7.320</b>	<b>2.409</b>	<b>11.505 (82.386)</b>

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

### (a) Enersis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 101 (R\$ 2.454 em 2010), referente a compra de software.

### (b) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.

Desde 28 de fevereiro de 2011, as empresas CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A. não fazem mais parte do grupo econômico da Endesa Brasil, deixando, portanto de serem consideradas partes relacionadas da Companhia.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 589 para a CAM Brasil e R\$ 2.560 para a Synapsis Brasil, tendo sido gerado por serviços técnicos prestados à Companhia.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **22. Partes relacionadas--Continuação**

#### **(c) Enertrade**

As operações com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A. referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022. Em 4 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") consumou com a EDP - Energias de Portugal S.A. ("EDP"), controladora da Enertrade - Comercializadora de Energia S.A., a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latam adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia. Consequentemente, o saldo referente a faturas em aberto de compra de energia em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 3.618 está sendo divulgado na Nota 16. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010 possui o montante de R\$ 3.281

#### **(d) Endesa Brasil S.A.**

O montante de R\$ 424 (R\$ 424 em 2010) representa contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

#### **(e) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS**

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 28.994 (R\$ 17.557 em 2010).

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **22. Partes relacionadas--Continuação**

#### **(f) Companhia de Interconexão Energética (CIEN)**

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 04/04/2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Companhia incorreu em despesas com a Rede Básica junto à CIEN no montante de R\$ 2.696 no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do passivo era de R\$ 433.

#### **(g) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)**

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ("2º LEILÃO"), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30/09/2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23/02/2005.

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31/12/2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Esse contrato totalizou um montante de R\$ 5.442 como custo de energia comprada no exercício de 2011 (R\$ 7.180 em 2010) e o correspondente passivo de R\$ 618 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 827 em 2010).

#### **EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)**

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Em caso de inadimplemento pela Companhia, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não havia saldo a pagar.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 22. Partes relacionadas--Continuação

(g) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)--Continuação

#### Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 5.006 (R\$ 5.050 em 2010).

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Benefícios de curto prazo	<b>4.870</b>	4.847
Benefícios pós-emprego	<b>136</b>	203
Total	<b>5.006</b>	5.050

### 23. Programas de P&D/eficiência energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).



## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 23. Programas de P&D/eficiência energética--Continuação

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	15.363	-	56.793	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.116	2.266	19.580	6.721
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(301)	-	461	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(150)	-	231	-
Total	23.028	2.266	77.065	6.721

### 24. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 529.230 (R\$ 365.212 em 2010), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação**

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

#### **Patrocinadora**

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

#### **Participantes ativos**

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

#### **Participantes assistidos**

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC. O saldo do contrato atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 280.283 (R\$ 219.694 em 2010).

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida)

##### Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

##### Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

#### c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial decorrentes das obrigações da Companhia com os planos de benefícios definidos estão apresentados abaixo:

	31/12/2011			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Conciliação dos ativos (passivos)				
Valor presente das obrigações atuariais	(1.064.279)	(694.051)	(121.286)	(248.942)
Valor justo dos ativos	539.810	413.763	126.047	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(524.469)	(280.288)	4.761	(248.942)
Restrição de reconhecimento do ativo	(4.761)	-	(4.761)	-
Ativo/(passivo) atuarial líquido	(529.230)	(280.288)	-	(248.942)
	31/12/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Conciliação dos ativos (passivos)				
Valor presente das obrigações atuariais	(968.746)	(653.709)	(169.519)	(145.518)
Valor justo dos ativos	623.510	434.015	189.495	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(345.236)	(219.694)	19.976	(145.518)
Restrição de reconhecimento do ativo	(19.976)	-	(19.976)	-
Ativo/(passivo) atuarial líquido	(365.212)	(219.694)	-	(145.518)

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)--Continuação

Movimentação da obrigação atuarial líquida:

	31/12/2011			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(968.746)	(653.709)	(169.519)	(145.518)
Custos dos serviços correntes	(3.612)	33	(3.645)	-
Custo dos juros	(98.375)	(65.787)	(17.737)	(14.851)
Contribuições de participantes do plano	(27)	(27)	-	-
Impacto por alteração das hipóteses	-	-	-	-
Ganho/ (perda) atuarial	(69.199)	(28.783)	60.833	(101.249)
Benefícios pagos no ano	75.680	54.222	8.782	12.676
Valor presente da obrigação atuarial no final do ano	(1.064.279)	(694.051)	(121.286)	(248.942)

  

	31/12/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(814.126)	(554.814)	(165.028)	(94.284)
Custos dos serviços correntes	(3.479)	70	(3.549)	-
Custo dos juros	(90.090)	(60.827)	(18.941)	(10.322)
Contribuições de participantes do plano	(3.116)	(33)	(3.083)	-
Impacto por alteração das hipóteses	-	-	-	-
Ganho/ (Perda) atuarial	(128.746)	(89.946)	9.036	(47.836)
Benefícios pagos	70.811	51.841	12.046	6.924
Valor presente da obrigação atuarial no final do ano	(968.746)	(653.709)	(169.519)	(145.518)

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria e benefício saúde para aposentadoria:

	31/12/2011			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	623.510	434.015	189.495	-
Retorno esperado dos ativos do plano	72.992	50.406	22.586	-
Ganho/ (Perda) Atuarial	(115.306)	(37.962)	(77.344)	-
Contribuições do empregador	34.267	21.499	92	12.676
Contribuições do participante do plano	27	27	-	-
Benefícios pagos no ano	(75.680)	(54.222)	(8.782)	(12.676)
Valor justo dos ativos do plano (final)	539.810	413.763	126.047	-

  

	31/12/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	595.575	416.952	178.623	-
Retorno esperado dos ativos do plano	76.012	50.920	25.092	-
Ganho/ (Perda) Atuarial	(10.065)	(3.135)	(6.930)	-
Contribuições do empregador	31.114	21.086	3.104	6.924
Contribuições do participante do plano	1.685	33	1.652	-
Benefícios pagos no ano	(70.811)	(51.841)	(12.046)	(6.924)
Valor justo dos ativos do plano (final)	(623.510)	434.015	189.495	-

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)--Continuação

Despesa total realizada em 2011 e 2010:

	31/12/2011			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Custo do Serviço corrente	3.612	(33)	3.645	-
Custo dos juros	98.375	65.787	17.737	14.851
Retorno esperado dos ativos do plano	(72.992)	(50.406)	(22.586)	-
Total de despesas/ (receitas)	(28.995)	15.348	(1.204)	14.851

  

	31/12/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Custo do serviço corrente	3.479	(70)	3.549	-
Custo dos juros	90.090	62.106	17.439	10.545
Retorno esperado dos ativos do plano	(76.012)	(52.166)	(23.846)	-
Total de despesas/ (receitas)	17.557	9.870	(2.858)	10.545

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2011			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Ganho/ (Perda) atuarial	(184.500)	(66.740)	(16.511)	(101.249)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	15.215	-	15.215	-
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(169.285)	(66.740)	(1.296)	(101.249)

  

	31/12/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA
Ganho/ (Perda) atuarial	(138.811)	(93.081)	2.106	(47.836)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(7.811)	-	(7.811)	-
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(146.622)	(93.081)	(5.705)	(47.836)

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	11,10%	11,10%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	6,59%	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q <sub>x</sub> )	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos	q <sub>x</sub> da AT-49 (+6)	q <sub>x</sub> da AT-49	N/A

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

#### c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)--Continuação

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pela Companhia patrocinadora nos limites permitidos pelo CPC 33 - Benefícios Pós Emprego. Todos os ganhos ou perdas são reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. Tais ganhos ou perdas compõem a movimentação dos saldos de passivos decorrentes das obrigações com benefícios pós-emprego. Ativos somente são reconhecidos quando sua realização em favor da Companhia é provável e quando for possível que a Companhia estime de forma razoável o provável valor de realização destes ativos.

A Administração da Companhia estima, com base em laudos elaborados por atuário contratado, que os compromissos totais de contribuição da patrocinadora para os planos vigentes, durante o exercício de 2012, sejam de R\$ 37.473.

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

#### Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões em 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2010	31/12/2011		
	Saldo acumulado	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos
Trabalhistas (a)	184.482	(23.251)	12.583	(20.220)
Cíveis (b)	317.316	52.844	36.090	(83.801)
Fiscais (c)	32.045	(7.506)	7.010	(10.222)
Total	533.843	22.087	55.683	(114.243)

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Provisões com risco provável--Continuação**

##### **(a) Riscos trabalhistas**

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

- ▶ URP (Unidade de Reposição de Preço) - Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 50.171 em dezembro de 2011 (R\$ 47.083 em dezembro de 2010);
- ▶ Reintegração ao Emprego, no montante de R\$ 4.838 em dezembro de 2011 (R\$ 30.394 em dezembro de 2010);
- ▶ Vínculo Empregatício, no montante de R\$ 6.841 em dezembro de 2011 (R\$ 7.357 em dezembro de 2010);
- ▶ Horas Extras, no montante de R\$ 3.099 em dezembro de 2011 (R\$ 5.290 em dezembro de 2010);
- ▶ Diferenças Salariais, no montante de R\$ 3.582 em dezembro de 2011 (R\$ 3.362 em dezembro de 2010);
- ▶ Adicional de Periculosidade, no montante de R\$ 3.262 em dezembro de 2011 (R\$ 4.012 em dezembro de 2010);
- ▶ Acidente de Trabalho, no montante de R\$ 804 em dezembro de 2011 (R\$ 3.859 em dezembro de 2010);
- ▶ Diferença de FGTS, no montante de R\$ 1.057 em dezembro de 2011 (R\$ 4.503 em dezembro de 2010);
- ▶ Enquadramento, no montante de R\$ 1.873 em dezembro de 2011 (R\$ 3.151 em dezembro de 2010);
- ▶ Ticket Refeição, no montante de R\$ 2.528 em dezembro de 2011 (R\$ 2.373 em dezembro de 2010);
- ▶ Plano de Desligamento Incentivado, no montante de R\$ 1.573 em dezembro de 2011 (R\$ 1.476 em dezembro de 2010);
- ▶ Verbas Rescisórias, no montante de R\$ 1.127 em dezembro de 2011 (R\$ 1.058 em dezembro de 2010);
- ▶ Danos Morais, no montante de R\$ 851 em dezembro de 2011 (R\$ 792 em dezembro de 2010);

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Provisões com risco provável--Continuação**

##### **(a) Riscos trabalhistas--Continuação**

- ▶ Abono Salarial, no montante de R\$ 547 em dezembro de 2011 (R\$ 514 em dezembro de 2010);
- ▶ Previdenciário - Referente às contribuições previdenciárias de trabalhadores temporários, através das empresas fornecedoras de mão de obra e ao não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos “patrulheiros”, no montante de R\$ 12.993 em dezembro de 2011.

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2011 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

##### **(b) Riscos cíveis**

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 20.723 (R\$ 44.655 em 2010), indenização por acidentes/morte com energia elétrica no montante de R\$ 25.362 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 21.213 em 2010), desapropriações no montante de R\$ 34.947 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 27.179 em 2010), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais no montante de R\$ 16.359 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 18.633 em 2010).

Além dos processos descritos acima, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui registrado um passivo contingente referente à disputa arbitral com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A. por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42 R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela ANEEL em 72,64 R\$/MWh, sendo este o preço que a Companhia vinha praticando em suas operações com a Enertrade.



## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Provisões com risco provável--Continuação**

##### **(b) Riscos cíveis--Continuação**

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

- ▶ A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- ▶ Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela ANEEL com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a Companhia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$ 69.029, que atualizado até 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 101.851 (R\$ 87.525 em 2010). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde tramita atualmente a ação anulatória.

Ficará constituído o inadimplemento da Ampla quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados "*pro rata die*" e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

O restante do valor constante na provisão em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 123.207 (R\$ 118.111 em 2010), subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumerista.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Provisões com risco provável--Continuação**

##### **(c) Riscos fiscais**

Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são:

##### **ICMS - Pagamento a menor**

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 8.361 (R\$ 7.610 em 2010). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

##### **ICMS - Créditos fiscais indevidos**

A Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a CENF (Nova Friburgo) e ELEKTRO (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1.059 e R\$ 467 (R\$ 956 e R\$ 424 em 2010), respectivamente. Ambas as autuações estão aguardando julgamento pelo Conselho Pleno do Rio de Janeiro. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda é provável em relação a 80% dos dois autos de infração, motivo pelo qual a Administração optou por registrar uma provisão de R\$ 1.221.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

#### Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Causas possíveis	
	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas (a)	133.392	110.750
Cíveis (b)	346.739	311.134
Fiscais (c)	1.358.636	1.229.245
Pequenas causas (d)	156.754	167.699
Total	1.995.521	1.818.828

As principais contingências possíveis são:

#### (a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

#### (b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

#### (c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 783.201 (R\$ 742.280 em 2010).

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível**

##### **(c) Riscos fiscais--Continuação**

###### **COFINS - Auto de Infração período pós imunidade**

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 05/05/2010, A Companhia foi notificada dessa decisão. Em 05/07/2010, a Companhia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26/07/2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 172.681 (R\$ 164.826 em 2010).

###### **ICMS - Prazo de Recolhimento**

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26/08/2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01/09/2010 a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 188.256 (R\$ 168.857 em 2010).

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível**

##### **(c) Riscos fiscais--Continuação**

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 representam respectivamente R\$ 10.439, R\$ 1.605 e R\$ 20.336 (R\$ 9.466, R\$ 1.460 e R\$ 18.418 em 2010).

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 14.422 (R\$ 13.132 em 2010). Em 22/08/2011, proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela Companhia. Em 21/10/2011, a Companhia apresentou recurso de apelação. Aguarda-se julgamento.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 14.636 (R\$ 13.266 em 2010).

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível**

##### **(c) Riscos fiscais--Continuação**

###### **ICMS - Saída de bens para reparação**

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 10.652 e R\$ 11.550 (R\$ 9.694 e R\$ 10.494 em 2010), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09/12/2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14/12/2010, a Companhia opôs embargos de declaração que foram julgados, em 12/05/2011, improcedentes. Em 30/05/2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Em 13/06/2011, a Companhia opôs embargos de declaração, para os quais aguardam julgamento.

###### **ICMS - Cumprimento de decisão judicial**

A Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro vem lavrando notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a Companhia foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e consequentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da Companhia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada ou da alíquota de ICMS aplicável. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado envolvido nessas notas de lançamento é de R\$ 15.156 e a Companhia aguarda, na maioria dos casos, decisão de primeira instância administrativa.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível**

##### **(c) Riscos fiscais--Continuação**

###### **Taxa de uso de solo**

A Companhia possui 8 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 69.918 (R\$ 61.888 em 2010). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco execuções fiscais. Na execução fiscal proposta pelo município de Niterói já houve sentença em favor da Companhia e aguarda-se o julgamento de recurso de apelação apresentado pela Fazenda. As execuções fiscais dos outros municípios aguardam decisão de 1ª instância judicial.

###### **Imposto Sobre Serviços - ISS**

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 9.153 (R\$ 8.675 em 2010), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1.422 (R\$ 1.289 em 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010, a Companhia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

#### **Contingências passivas com risco possível**

##### **(c) Riscos fiscais--Continuação**

###### **Taxa de empacramento**

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacramento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.250 (R\$ 5.500 em 2010). Em maio de 2010, a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

A Companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 28.959 em 31 de dezembro de 2011.

###### **Ativo contingente**

A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 106.810 (R\$ 101.535 em 2010). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade. Referido ativo contingente será registrado pela Companhia apenas quando a realização do ganho for praticamente certa.

##### **(d) Pequenas causas**

Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.



## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011 e 2010, conforme composição acionária abaixo.

Acionista	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,90	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34	405.768.824.339	10,34
Endesa Latinoamerica S.A.	302.176.533.045	7,70	-	-
EDP - Energias de Portugal S.A.	-	-	302.176.533.045	7,70
Outros	14.249.193.389	0,36	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00	3.922.515.918.446	100,00

#### b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

#### c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido--Continuação

#### d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos mínimos da Companhia são de R\$ 23.434 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 28.352 em 2010).

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do exercício	<b>210.352</b>	216.092
(-) Prejuízos de outros resultados abrangentes	<b>(111.728)</b>	(96.770)
+ Reversão de dividendos prescritos	<b>46</b>	56
(-) Reserva legal	<b>(4.934)</b>	(5.969)
Lucro líquido ajustado	<u><b>93.736</b></u>	<u>113.409</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<b>23.434</b>	28.352
Dividendos adicionais propostos	-	22.969
Reserva de reforço de capital de giro	<b>70.302</b>	62.088

#### e) Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"), o qual determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo constituído pela Companhia nesta rubrica era devedor de R\$ 169.285 (devedor de R\$ 146.621 em 2010).

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento faturado						
Residencial	2.125.324	2.091.865	4.084.228	3.916.155	2.101.165	1.942.433
Industrial	4.789	4.809	1.374.726	1.331.086	479.209	473.461
Comércio, serviços e outras	146.568	144.896	1.921.163	1.867.522	1.004.818	974.401
Rural	61.645	60.640	221.089	224.180	62.667	61.027
Poder público	12.836	12.463	439.852	415.916	237.140	222.714
Iluminação pública	1.401	1.340	478.187	460.265	136.859	129.081
Serviços públicos	1.243	1.099	292.207	283.630	80.223	76.734
	<b>2.353.806</b>	<b>2.317.112</b>	<b>8.811.452</b>	<b>8.498.754</b>	<b>4.102.081</b>	<b>3.879.851</b>
Fornecimento não faturado					<b>(34.099)</b>	<b>(8.733)</b>
Consumidores, concessionários e permissionários					<b>4.067.982</b>	<b>3.871.118</b>
Suprimento de energia elétrica	14	6	404.663	360.476	49.554	81.543
Baixa renda	-	-	-	-	77.825	126.205
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	235.997	198.187
Receita de construção	-	-	-	-	448.631	395.864
Outras receitas	-	-	-	-	71.064	60.643
Receita operacional bruta					<b>4.951.053</b>	<b>4.733.560</b>
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(1.082.223)	(1.015.296)
PIS	-	-	-	-	(40.395)	(48.161)
COFINS	-	-	-	-	(185.250)	(221.832)
ISS	-	-	-	-	(2.136)	(3.300)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(68.543)	(53.196)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(227.692)	(202.659)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(24.194)	(26.295)
Encargo ex-Isolados	-	-	-	-	(8.249)	(8.046)
Total de deduções de receita					<b>(1.638.682)</b>	<b>(1.578.785)</b>
Total	<b>2.353.820</b>	<b>2.317.118</b>	<b>9.216.115</b>	<b>8.859.230</b>	<b>3.312.371</b>	<b>3.154.775</b>

### 28. Resultado do serviço

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	31/12/2011				31/12/2010
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(77.562)	(1.845)	(63.838)	(143.245)	(136.192)
Material	(8.563)	(4.506)	(559)	(13.628)	(11.477)
Serviços de terceiros	(222.638)	(1.952)	(21.859)	(246.449)	(253.749)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.316.910)	-	-	(1.316.910)	(1.235.155)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(207.117)	-	-	(207.117)	(233.690)
Encargos de serviços do sistema	(57.411)	-	-	(57.411)	(46.568)
Custos na desativação de bens	(8.494)	-	(280)	(8.774)	(11.343)
Depreciação e amortização	(175.652)	-	(6.580)	(182.232)	(164.382)
PCLD clientes - líquidas	-	(41.136)	-	(41.136)	(159.495)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(22.087)	(22.087)	(6.763)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(7.392)	-	-	(7.392)	(7.015)
Custo de construção	(448.631)	-	-	(448.631)	(395.864)
Outros custos operacionais	(14.339)	(3)	(22.772)	(37.114)	(31.356)
Total	<b>(2.544.709)</b>	<b>(49.442)</b>	<b>(137.975)</b>	<b>(2.732.126)</b>	<b>(2.693.049)</b>

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 28. Resultado do serviço--Continuação

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(207.432)	(197.581)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(42.276)	(38.737)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(16.777)	(15.799)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(661.390)	(588.234)
Light S.A./Cenf/Elektro	(137.829)	(148.907)
Proinfa	(41.280)	(43.279)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(201.682)	(179.577)
Outros	(8.244)	(23.041)
Sub-total	(1.316.910)	(1.235.155)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(166.577)	(160.047)
Encargos de conexão	(22.666)	(19.044)
Outros encargos	(17.874)	(54.599)
Sub-total	(207.117)	(233.690)
Total	(1.524.027)	(1.468.845)

A composição de outros custos e outras despesas operacionais é como segue:

Outros custos e despesas operacionais	31/12/2011	31/12/2010
Aluguéis	(11.393)	(12.592)
Tributos	(1.823)	(1.317)
Despesas postais	(3.349)	(2.776)
Despesas gerais	(7.078)	(3.223)
Publicidade e propaganda	(1.221)	(1.947)
Indenizações a terceiros	(3.774)	(2.980)
Seguros	(1.749)	(1.843)
Estagiários	(2.305)	(1.334)
Publicações legais e assinaturas	(268)	-
Doações, contribuições e subvenções	(2.074)	(1.509)
Transporte próprio	(226)	-
Ajuste de inventário	(1.771)	(1.204)
Outros	(83)	(631)
Total	(37.114)	(31.356)

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 28. Resultado do serviço--Continuação

A composição do resultado financeiro é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	9.407	22.540
Multas e acréscimos moratórios	46.756	55.003
Transações com partes relacionadas	2.298	12.283
Variações monetárias diversas	4.172	3.126
Receita de ativo indenizável	15.118	27.798
Outras receitas financeiras, líquida	10.740	24.451
Total	88.491	145.201
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(68.587)	(67.868)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(55.683)	(51.300)
Encargo de fundo de pensão	(25.383)	(14.079)
Multas e acréscimos moratórios	(8.649)	(9.651)
Variações monetárias debêntures	(13.691)	(10.611)
Variações monetárias diversas	(770)	(1.207)
Juros debêntures	(78.536)	(65.409)
Custo de transação debêntures	(1.687)	(999)
Indenizações DIC/FIC	(24.471)	(24.572)
Juros Selic s/ P&D	(1.863)	(3.636)
IOF	(5.899)	(3.050)
Outras despesas financeiras, líquida	(24.208)	(26.630)
Total	(309.427)	(279.012)
Resultado financeiro	(220.936)	(133.811)

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	359.309	100%	327.915	100%
Alíquota nominal	122.165	34%	111.491	34%
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	839	0,69%	709	0,58%
Doações	300	0,25%	184	0,15%
Benefícios indiretos	122	0,10%	158	0,13%
Atualização financeiras contingências *	72	0,06%	47	0,04%
Depreciação Lei 8.200 **	205	0,17%	216	0,18%
Perdas	7.294	5,97%	-	0,00%
Perdas com clientes - reversão PCLD	19.043	15,59%	-	0,00%
Doações indedutíveis	10	0,01%	-	0,00%
Outros	-	0,00%	114	0,09%
	27.885		1.428	
Deduções permanentes				
Incentivo fiscal do PAT	(1.069)	(0,88%)	(1.071)	(0,88%)
Adicional do IRPJ	(24)	(0,02%)	(24)	(0,02%)
	(1.093)		(1.095)	
IRPJ/CSLL diferidos no resultado (despesa)	60.238	16,77%	24.403	6,79%
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	88.719	24,69%	87.420	24,33%
	148.957	41,46%	111.823	31,12%

\* Considerado apenas para cálculo do IRPJ

\*\* Considerado apenas para cálculo do CSLL

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

## **Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### **30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**

#### **Fatores de risco**

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

##### **a) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

##### **b) Risco de escassez de energia**

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("*covenants*" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "*covenants*" financeiros.

#### d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida	<b>1.411.572</b>	1.247.952
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	<b>(59.653)</b>	(63.182)
Dívida líquida (a)	<u><b>1.351.919</b></u>	<u>1.184.770</u>
Patrimônio líquido (b)	<u><b>1.635.736</b></u>	<u>1.583.469</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u><b>0,45</b></u>	<u>0,43</u>

(a) A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, vide maiores detalhes nas notas 17 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.



## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Entretanto, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia busca a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no ano de 2011 fossem iguais as esperadas para o ano de 2012, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

Descrição	Efeitos em 31/12/2011		
	Aumento/ redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	(0,62%)	6.447	6.447
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	(1,42%)	455	455

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	612	2.461	12.784	67.652	48.498	132.007
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	37.306	15.704	227.795	306.299	52.820	639.924
Debêntures	11.227	-	364.835	468.848	144.371	989.281
	49.145	18.165	605.414	842.799	245.689	1.761.212
Em 31 de dezembro de 2010						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	432	842	4.210	18.459	8.070	32.013
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	44.859	20.926	224.746	384.242	-	674.773
Debêntures	21.011	-	234.525	523.736	-	779.272
	66.302	21.768	463.481	926.437	8.070	1.486.058

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	31/12/2011	31/12/2010
Contratada	140.000	40.000

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### f) Risco de liquidez--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	31/12/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo	Caixa e equivalente de caixa					
	Valor justo por meio de resultado	2	59.488	59.488	37.568	37.568
	Valor justo por meio de resultado	2	165	165	25.614	25.614
	Aplicação financeira					
	Cauções e depósitos vinculados	2	50.122	50.122	59.104	59.104
Ativo indenizável (concessão)	Consumidores concessionários	2	552.677	552.677	488.607	488.607
	Empréstimos e recebíveis	3	561.536	561.536	416.918	416.918
	Empréstimos e recebíveis					
Passivo	Empréstimos e financiamentos	2	638.499	636.867	603.153	600.186
	Debêntures	2	773.073	776.284	644.799	637.658
	Fornecedores	2	317.865	317.865	273.742	273.742
	Empréstimos e recebíveis					

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

#### Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia que fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### f) Risco de liquidez--Continuação

##### **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

<u>Indexador do contrato</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	65.385	79.409	93.144
IPCA	45.107	49.476	53.795
TJLP	19.667	22.564	25.426
FIXO	7.253	7.253	7.253
Total	137.412	158.702	179.618

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ITAIPU	2023	195.188	203.971	213.150	222.742	232.765	6.750.184
PROINFRA	2030	52.189	54.538	56.992	59.557	62.237	3.734.647
ENERTRADE	2022	45.259	47.295	49.424	51.648	53.972	378.837
CCEAR 2005	2012	268.770	-	-	-	-	-
CCEAR 2006	2013	251.570	262.890	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	44.853	46.872	48.981	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	6.097	6.372	6.658	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	76.168	79.595	83.177	86.920	-	-
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	42.191	44.089	46.073	48.146	50.313	-
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022/2037	20.275	21.188	22.141	23.137	24.179	233.204
CCEAR 2009 - Energia Nova	2023/2038	22.148	23.144	24.186	25.274	26.412	271.999
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	33.677	35.193	36.776	38.431	40.161	1.105.404
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024/2039	84.746	88.560	92.545	96.710	101.062	2.527.968
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025/2040	45.293	47.331	49.461	51.687	54.013	1.452.214
CCEAR 2010 - Energia Nova (A-3)	2024	9.022	9.428	9.852	10.295	10.758	105.455
CCEAR 2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	111.586	116.607	121.854	127.338	133.068	3.102.593
CCEAR 2011 - Energia Nova (A-3)	2025	31.191	32.595	34.062	35.595	37.196	419.880
CCEAR 2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	-	422.618	441.636	461.510	482.278	7.429.416
CCEAR 2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	128	11.970	31.850	49.915	54.193	2.523.812
CCEAR 2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	-	30.768	60.016	87.790	109.303	5.433.574
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035/2045	-	-	-	-	20.403	741.338
Total		1.340.351	1.585.024	1.428.834	1.476.695	1.492.313	36.210.525

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011 que foram homologados pela ANEEL.

### 32. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 9.370 (R\$ 8.236 em 2010).

## Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

### 33. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido	210.352	216.092
Número de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,05363	0,05509

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 (três trilhões, novecentos e vinte e dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e dezoito mil e quatrocentos e quarenta e seis) ações ordinárias.

### 34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 572.393, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 860.694 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 46.681. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 234.165 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/07/2011	30/06/2012	572.393	46.681
Responsabilidade civil	01/07/2011	30/06/2012	n/a	234.165